

**Discurso de S.EXA a Presidente da Assembleia da República de Portugal
na Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau**

Bissau, 18 de Junho de 2015

Senhor Presidente da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau,

Senhores Deputados da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau,

Autoridades,

Minhas senhoras e meus senhores,

Dirigir-me ao Parlamento da Guiné-Bissau constitui para mim uma enorme honra e emoção. Trago-vos o abraço de Portugal e, em particular, de todos os Deputados portugueses, com o sinal de uma partilha de história e de sonho. Na verdade, todos experimentamos um percurso com muito em comum, entre a luta pela liberdade, a conquista da democracia e um projeto político de afirmação no mundo. Uma fraternidade que nos liga e a todos faz sentir aqui em casa.

O convite do Senhor Presidente Cipriano Cassamá carregou uma intensidade mobilizadora. E, assim, na agenda do Parlamento português, apertada também por tempos muito difíceis varrendo a Europa, a Guiné haveria de estar incluída. Como se a Guiné fizesse parte de um projeto também nosso, o projeto afinal de afirmação da lusofonia num mundo em mudança, de afirmação coerente desta comunidade que tem o tamanho da geografia do mundo, que vai da vetustez da Europa à força emergente das novas democracias e das novas economias da África e da Ásia.

Agradeço este convite e a receção extraordinária nesta quente terra da Guiné.

Conheci Bissau nos anos 80, quando tudo estava por fazer. Como se a política conhecesse então a sua “sensação pura”, o seu ponto inicial. O calor húmido e o colorido da paisagem prolongavam-se no coração dos Guineenses. Foi no contacto com a rua que pensei tantas vezes nos absurdos do tempo colonial.

Agora, aqui me encontro como que por destino, feliz com a minha tarefa. Uma tarefa fácil: pois que, como falou um dia, em poema da nossa língua, Ruy Belo, aqui “entre mim e as coisas existe uma relação de vizinhança, e é só querer”!

Saúdo esta Assembleia e a sua realidade conquistada. Não há liberdade maior do que aquela que se fez em suor e sangue!

A história da Guiné e da sua libertação comunica-se às suas instituições, torna-as para sempre veneráveis. Carrega uma memória inapagável, perante a qual todos nos curvamos.

É desse sentimento de Povo que vem uma legitimidade profunda capaz de todas as realizações positivas. Porque o ser, o ser de corpo e alma inteiros, é sempre a condição necessária do fazer. Olhamos a história da Guiné como nação, e só podemos ver para além de todos os sobressaltos. A sua origem está carregada de coragem e a coragem é fonte de toda a esperança.

No quadro das muitas mutações dos dias de hoje, de uma globalização que ainda não encontrou as suas regras, erguida sobre a fratura Norte-Sul e a exclusão de muitas regiões, de vida amarga pela fome, o medo e o esquecimento, o esforço para criar justiça sobre a terra é tarefa de todos e de cada um. Mas é sobretudo tarefa dos dirigentes políticos, a quem, pelo voto, foi cometido o dever e o privilégio de exercício da sua responsabilidade pelo mundo.

E isso pressupõe o respeito por uma ordem constitucional estável, a lealdade de cada um aos desígnios republicanos, uma prática quotidiana de cooperação entre as instituições. Isso pressupõe a presença da teodiceia dos direitos humanos no horizonte da ação política e cívica de cada dia. Isso pressupõe a serena e construtiva relação entre o poder político e social e entre o poder político e militar. Também nós portugueses vivemos os saltos e sobressaltos de uma transição, a progressão cadenciada que vai da Revolução de Abril à consolidação da democracia e à nossa integração europeia. E agora sabemos como valeu a pena, mesmo com tanto ainda por fazer. Pois o que é o poder se não aquilo que nos é dado para realizarmos os princípios de uma moral universal na condição de vida das pessoas.

Assim, é com alegria que o mundo vê a Guiné e o seu comprometimento com uma ordem constitucional, que por ser constitucional é moral, vivida em cada dia na vontade das suas lideranças e na esperança do seu povo.

A Conferência de Doadores de 26 de março mostrou à comunidade internacional o projeto de consolidação democrática e desenvolvimento nacional, mostrou como ele foi assumido pelas autoridades guineenses. O otimismo cresceu, então, de braço dado com a esperança. Uma delegação parlamentar de guineenses em Bruxelas carregava a legitimidade de um Parlamento livremente escolhido e foi, então, decisiva. Pouco tempo antes, a ONU emitia uma Resolução estendendo a sua missão e programa no terreno.

Seguiu-se a retoma da cooperação da União Europeia com a Guiné Bissau. Os sinais de confiança foram dados pelas lideranças políticas guineenses. Os dados estavam lançados. A Guiné escolhera a paz e a estabilidade contra o conflito e a insegurança. Elegera o seu Parlamento e o seu Presidente. Ganhara a confiança que é a verdadeira força atrativa do apoio internacional e do progresso. É que só na estabilidade e confiança cresce a ajuda externa e a economia necessária à justiça da distribuição e ao bem-estar de um povo. E a democracia e o bem-estar do povo constitui a matéria da credibilidade dos governos.

Portugal sempre persistiu no seu apoio ao povo da Guiné Bissau. Nas suas relações bilaterais e nas Organizações Internacionais. A Guiné, como os demais países da CPLP, sempre foi percebida pelo Povo português com um forte sentimento de familiaridade. E quanto nós todos perderemos se não soubermos aproveitar este sentimento.

Como sublinhei na Assembleia Parlamentar da CPLP em Luanda, a pertença à nossa comunidade constitui uma enorme mais-valia. Para construirmos um projeto comum e para nos afirmarmos nos nossos espaços regionais de inserção. Temos uma língua comum que é nesse sentido também cultura comum, que se fez universal pela diáspora, que é um instrumento incomparável de comunicação política. E temos uma enorme força de conquista coletiva, a força que todos exercitámos dolorosamente contra a

ditadura nas lutas pela liberdade dos nossos povos. Carregamos a força de comunidade na Europa, na África, na Ásia ou na América. A União Europeia, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), o Mercosul, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), e tantas outras, são formações em que nós entramos com um estatuto reforçado pela pertença à nossa Comunidade. Precisamos de tomar a sério este valor estratégico de estarmos em todos os continentes, transformá-lo em projeto e em ato. A nossa comunidade é um sistema de pontes, em que somos plataforma de uns para os outros.

E são tantos os desafios feitos à nossa vontade.

Desde logo, a garantia das condições de dignidade das pessoas, a saúde, o apoio social, o emprego, o combate à exclusão. Desde logo, a aposta na educação e formação dos recursos humanos.

Foi assim que, em Luanda, na última reunião dos Parlamentos da CPLP, a Assembleia da República portuguesa lançou a ideia de um programa de mobilidade de estudantes, professores e investigadores no espaço da CPLP, à semelhança do Programa Erasmus da União Europeia. Num espaço comum, essencialmente marcado por uma língua comum e um projeto político de qualificação das democracias e entreatajuda, o valor estratégico de valorização em rede dos nossos recursos humanos é inegável.

É o investimento nos recursos humanos que desenvolve a cultura do bom governo. É afinal uma cultura de humanidade que se transporta para as instituições. É esse o único sentido delas, e o da nossa existência, porque estamos nelas.

O sucesso político da Guiné Bissau significa a felicidade das lideranças criadoras, a felicidade de um povo inteiro que é, afinal, a razão de ser delas. E vai muito para além das suas fronteiras: é também movimento para a frente no desenvolvimento humano da região de África, contributo para uma ordem

mundial em equilíbrio. Vivemos num mundo de interações, uma cadeia de causas e consequências abrangendo o sistema do planeta implica-nos a todos.

É ver os grandes movimentos migratórios que abordam as portas da Europa. Tantos milhares em fuga da fome e dos conflitos, sacudidos da pobreza e do medo, um medo tantas vezes mais forte do que a morte. Temos de empreender num diálogo direto e aberto entre as lideranças do Norte e do Sul. Para um desenvolvimento tomado a sério e conseguido.

Foi isso mesmo que propus na última Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo, a que presidi em Lisboa.

Também nesse sentido aqui celebramos, a um tempo, uma cooperação e um projeto. Um projeto comum em que os Parlamentos se dão as mãos num alcance de mundo. Da cooperação técnica à cooperação política. Numa base de reciprocidade, numa troca fértil entre iguais. Esse é o paradigma da cooperação que queremos. O paradigma certo do desenvolvimento, o que nos reforça no plano bilateral, regional e mundial.

Amanhã assinaremos um protocolo entre os dois Parlamentos de cooperação em todas as suas áreas, técnica, legislativa, informática e comunicacional.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

As lideranças da Guiné assumem agora a tarefa redentora de um processo de reconciliação que convoca a todos. Um processo participado e inclusivo. Aposta na resiliência das suas instituições democráticas que garantirá a afirmação do Estado Guineense e o seu papel nas organizações regionais de inserção, na CPLP, e em outras instâncias internacionais. Que contribuirá para o equilíbrio sistémico da África e da ordem do mundo. Agora é, como disse Mandela, “o tempo de sarar as feridas, o tempo de construir”.

É o salto em frente, da alegria da realização, da alegria verdadeira de sermos e fazermos o progresso.

E também a unidade e a consistência do Estado da Guiné é um tributo que as gerações de hoje devem à luta abnegada e sem limite que os seus pais e irmãos travaram, em entrega e extrema dureza contra a colonização. É essa memória que aqui é hoje também chamada. Sobre ela se ergue um dever de construir o futuro. Para que todos os sacrifícios tenham valido a pena. A Guiné tem nessa memória a marca da sua autoestima coletiva, pois que inaugurou os movimentos de emancipação e proclamou contra ventos e marés e antes de todos os outros, a sua independência.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Ontem em Bafatá levei a minha homenagem a Amílcar Cabral. Pensei na força que um ser humano pode congrega. Pensei como, afinal, cada um de nós é, a um tempo, soldado e exército. Como os desígnios da política ousam sempre os limites do impossível. E como é um privilégio que nos cabe exercer a liberdade liderante, fazer a política e por ela fazer o nosso tempo.

Termino com as palavras escritas e lidas pelos guineenses à porta do vosso Parlamento: “Viva a amizade entre Portugal e a Guiné-Bissau!”